

Eixo Capital



ANA MARIA CAMPOS
anacampos.df@dabr.com.br

Foto: Ricardo Stuckert / PR



Escolhas femininas de Lula

O presidente Lula fez as duas indicações de mulheres para o Superior Tribunal Militar (STM). Em 2007, ele nomeou a ministra Maria Elizabeth Rocha que, nesta semana, assume a presidência da Corte. Agora, Lula escolhe outra mulher, a advogada Verônica Sterman, para compor o plenário. Serão duas mulheres e 13 homens. Um detalhe: as duas foram nomeadas no Dia da Mulher.

Fernando Frazão/Agência Brasil



Mulheres superpoderosas

A advogada Verônica Sterman teve o apoio da presidente nacional do PT, Gleisi Hoffmann, e da primeira-dama, Janja da Silva, para chegar ao STM, ou seja, das duas mulheres mais poderosas do governo Lula.

Ed Alves/CB/D.A.Press



Menos pressão

A aposta entre advogados é de que, ao indicar agora uma mulher para a vaga no Superior Tribunal Militar (STM), o presidente Lula fica mais livre para escolher homens para os assentos abertos no Superior Tribunal de Justiça (STJ). Duas ministras se aposentaram, Laurita Vaz e Assuete Magalhães, e estão abertas vagas para integrantes do Ministério Público e Justiça Federal. As listas eleitas pelo STJ estão há quase cinco meses, sem definição.

Olhar feminino

O ministro da Defesa, José Múcio Monteiro (foto), queria indicar o advogado Rafaelo Abritta. Ele é chefe da Assessoria Especial de Relações Institucionais. Mas, como ocorreu há 18 anos, quando o então ministro da Justiça, Márcio Thomaz Bastos, queria indicar uma pessoa de sua confiança — o advogado Luiz Paulo Teles Barreto — para o STM, prevaleceu agora a questão de gênero. O STM precisa se abrir para o olhar feminino.

Marcelo Ferreira/CB/D.A.Press



Reprodução/Instagram/@ronaldocaiao



Vice do marketing

Aliados do governador de Goiás, Ronaldo Caiado (União), não levaram muita fé nessa história da candidatura dele à presidência da República com o sertanejo Gustavo Lima como vice. A aposta é de que tudo não passa de marketing para a largada da campanha.

Minervino Junior/CB



As mulheres no poder

As mulheres representam a maioria da força de trabalho no serviço público do DF. Dos 174.172 servidores e empregados públicos, 67,21% são mulheres. Essa presença também se reflete nos cargos comissionados e funções gratificadas, nos quais elas ocupam 52,2% das posições. Os dados foram divulgados pelo GDF. Além disso, das 30 secretarias do governo, sete são lideradas por mulheres: Giselle Ferreira (Mulher), Marcela Passamani (Justiça e Cidadania), Ana Paula Marra (Desenvolvimento Social), Hélivia Paranaçu (Educação), Clara Roriz (Atendimento à Comunidade) e Edilene Dias Cerqueira (Proteção Animal), além da procuradora-geral do DF, Ludmila Lavocat Galvão. Para a vice-governadora Celina Leão (foto), esses números demonstram o compromisso do governo com a representatividade feminina no serviço público e em espaços de decisão.



ENQUANTO ISSO... NA SALA DE JUSTIÇA

O advogado Rodrigo Badaró assume nesta terça-feira o mandato de conselheiro do Conselho Nacional de Justiça (CNJ), para o biênio 2025-2027. Indicado pelo Senado, Badaró também atuou como membro do Conselho Nacional do Ministério Público (CNMP).



MANDOU BEM

Depois da cerimônia em que a obra de Walter Salles ganhou um Oscar inédito para o Brasil, o prefeito do Rio, Eduardo Paes, anunciou que vai desapropriar o imóvel que serviu de cenário para a residência da família Paiva em *Ainda estou aqui*. O espaço localizado na Urca, que estava à venda, será transformado na Casa do Cinema Brasileiro.



MANDOU MAL

Segundo dados do Relatório de Violência Doméstica 2024 do Ministério Público do Distrito Federal e Territórios (MPDFT), no ano passado, o número de denúncias registradas de violência doméstica e as solicitações de medidas protetivas urgentes aumentaram, 21,3% e 5,3%, respectivamente, em relação a 2023.

"Cada requerimento contra Janja, nós vamos apresentar 2 contra Michelle Bolsonaro. A turma da rachadinha com cartão corporativo não tem moral. Vamos pra cima!"

Deputado federal Lindbergh Farias (PT-RJ), líder do PT na Câmara dos Deputados

"Ao longo da história, o PT tentou atacar seus adversários numa medida desesperada para se manter no poder. Dessa vez, tentam atingir Michelle Bolsonaro. Não vão conseguir. O brasileiro não acredita mais no PT e vai dar uma resposta clara nas urnas em 2026"

Deputado distrital Thiago Manzoni (PL)



SÓ PAPOS



Ed Alves/CB/D.A.Press



Divulgação/Jeremias Alves



À QUEIMA-ROUPA PROMOTOR DE JUSTIÇA MARCELO LEITE, DO TRIBUNAL DO JÚRI DE BRASÍLIA

O crime da 113 Sul, ocorrido em 2009, está há mais de 15 anos sem um desfecho. O resultado do julgamento do STJ agora será definitivo, independentemente do resultado?

Temos a expectativa de obter a confirmação da condenação de Adriana Villela no julgamento do dia 11 de março. Não podemos afirmar que será o julgamento definitivo, pois sempre há a possibilidade de recurso ao Supremo Tribunal Federal.

Esse caso teve muitas reviravoltas. O inquérito policial apresentou falhas. Isso prejudica o resultado?

O Ministério Público acompanhou de perto toda a investigação policial, inclusive, logrando punir maus policiais que agiram em

desconformidade com a lei. Buscamos sempre ter a rédea das investigações, confiando plenamente no trabalho da Corvida. A interferência de uma terceira delegacia sem atribuição, evidentemente, não era esperada, mas, ao final, não influenciou no veredito, pois conseguimos demonstrar a correção do trabalho da delegacia competente.

O que o Ministério Público alega neste recurso?

Trata-se de recurso especial interposto pela defesa contra a decisão do TJDF que manteve a condenação de Adriana Villela. A nosso entender, o recurso deve ser julgado improcedente, posto que os jurados decidiram com base nas provas dos autos, e não há qualquer nulidade que possa beneficiar a defesa.

E a defesa?

A defesa alega nulidades inexistentes e um suposto erro dos jurados na avaliação da prova, o que de forma alguma ocorreu. Basta lembrar que os jurados ficaram reunidos por dez dias,

Ed Alves/CB/D.A.Press



tendo a oportunidade de analisar as provas produzidas pelas partes. Busca-se uma forma de burlar a soberania dos vereditos.

Qual é a principal prova de que Adriana Villela é a mandante da morte dos pais?

Ficou exaustivamente demonstrado que o motivo do crime foi a ganância de Adriana Villela em assumir a fortuna dos pais. Sua polpuda mesada mensal já não era suficiente. Apresentamos as cartas escritas por Maria Villela, que retratam esse conflito por dinheiro, além de testemunhas que deixaram muito clara a gravidade daquela discórdia. Existem vídeos gravados dos corréus que acusam Adriana. Há também testemunhas importantes que confirmam que souberam, por meio do réu Leonardo, que o crime havia sido encomendado pela filha. Não esqueçamos de que as características do crime permitem afastar, de maneira cabal, a hipótese de latrocínio, considerando o grande número de facadas, a espera inexplicável pela chegada do homem da

casa e o fato de diversos objetos de valor não terem sido levados.

O relator do caso, ministro Rogério Schietti, é um garantista. Como acredita que será a posição dele no julgamento?

O ministro Rogério Schietti tem o nosso total respeito. Sua lisura e capacidade intelectual são amplamente reconhecidas. Foi dele o voto que abriu divergência na própria Corte para que Adriana fosse pronunciada, visto que havia um voto do relator favorável à defesa. Seu voto foi muito técnico, e nossa expectativa é que mantenha a condenação com base nos próprios argumentos expostos no julgamento anterior, já que o Recurso Especial não é instrumento para reexame de prova.

Há expectativa de que Adriana Villela seja presa agora para cumprir a pena?

Sim. O ministro relator despachou no processo informando que apreciaria o pedido de prisão no julgamento do dia 11.3. Nossa expectativa é que o entendimento fixado no tema de repercussão geral 1068 do STF seja aplicado.